TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 67ª (SEXAGÉSIMA SÉTIMA) SESSÃO ORDINÁRIA,

DE 19 DE AGOSTO DE 2015.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Sob a proteção de Deus, declaro aberta a sessão ordinária de quarta-feira, 19 de agosto de 2015, às 15h32min.

Solicito ao eminente Deputado Chico Vigilante para secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 63ª Sessão Ordinária;

- Ata da 64ª Sessão Ordinária;

- Ata da 65ª Sessão Ordinária;

- Ata da 18ª Sessão Extraordinária.

Esta Presidência informa que a comissão geral de autoria do Deputado Chico Vigilante prevista para amanhã, 20 de agosto, foi adiada para data a ser posteriormente divulgada. A sessão ordinária será realizada normalmente às 15 horas.

Estão presentes em plenário o Deputado Chico Leite, Deputado Chico Vigilante, Deputado Wasny de Roure, Deputada Luzia de Paula e eu, Deputado Agaciel Maia, havendo, portanto, 5 Deputados.

Sendo necessários 6 Deputados para abertura dos Comunicados de Líderes, suspendo a sessão por 20 minutos.

(Suspensa às 15h37min, a sessão é reaberta às 15h53min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Está reaberta a sessão ordinária do dia 19 de agosto de 2015, às 15h54min. Há *quorum* regimental.

Dá-se início, com base no art. 111 do Regimento Interno, ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle, que fará uso da palavra pelo Bloco Sustentabilidade, Trabalhismo e Solidariedade, com o consentimento do Deputado Prof. Israel.

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE (Bloco Sustentabilidade, Trabalhismo e Solidariedade. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente. Agradeço ao meu Líder a cessão desse espaço para que a gente possa falar.

Eu venho aqui tratar de um assunto – é impressionante – de que se fala tanto e não se consegue resolver. Hoje, pela manhã, nós estivemos estudando o modelo de controle de medicamentos da Secretaria de Saúde em função de o grupo de gestão estar iniciando o processo na Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle para fiscalizar a saúde. É impressionante porque nós gastamos anualmente com insumos hospitalares e medicamentos a bagatela de meio bilhão de reais e não conseguimos – nós estamos no século XXI, na Capital da República – ter um controle minimamente eficaz ou eficiente em relação a esses medicamentos. Há uma distribuição dos medicamentos da Farmácia Central para os

hospitais, Deputado Prof. Israel, que precisam distribuí-los para as clínicas e, nas clínicas, não há controle nenhum.

Vejam: existem doses de medicamentos que custam 2 mil reais; uma dose, Deputado Prof. Israel. E vai sem controle para a clínica. A partir do momento em que sai desse processo e chega lá, acabou, vai com Deus, mais ou menos nesse sentido. Não se tem controle do que sobra, não se tem controle do que se consome. E, como o sistema não dá baixa no paciente na hora em que ele sai, muitas vezes, esse remédio vai para lá e não volta. Não tem mais o paciente, ou o paciente morreu ou ele saiu do hospital, e o sistema não acusa. De forma que é impressionante, sem palavras, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, V.Exa. é o Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle. Nós estamos preparando todo o terreno para entrarmos, os Deputados entrarem nesse processo. Nós precisamos tomar uma atitude. Eu queria aqui fazer um apelo ao Secretário de Saúde para que olhe isso, faça esse olhar, porque, se der o suprimento, talvez 30%, 40% dos problemas serão resolvidos. Além de tudo, além de não se ter um controle de saída, hoje, falta medicamento de tudo quanto é tipo, mas isso é lógico, já que não se tem um controle de estoque minimamente eficiente. Não se sabe a hora de comprar, de usar, de dispensar.

Eu estou constatando isso com muita tristeza. É verdade que, muitas vezes, a imprensa é muito injusta com a rede de saúde, porque há muita gente boa lá. Há muito médico bom. A maioria dos bons médicos de Brasília que atende na rede privada atende também na rede pública, e nós vamos à rede privada. As pessoas têm planos de saúde e vão a esses médicos, mas eles também atendem na rede pública de graça, num sistema maravilhoso, que é o hospital de portas abertas. Qualquer um de nós aqui, se chegar lá, mesmo sem identidade, vai ser atendido, vai entrar no sistema para ser atendido, é obrigatório o atendimento.

Nós precisamos tomar conta e cuidar disso. Esta Casa Legislativa tem esta obrigação. Eu gostaria de pedir à nossa Presidente e a todos os Deputados que fizéssemos um "todos pela saúde do Distrito Federal".

Eu estou oficiando, pela nossa comissão, ao Secretário de Saúde para que ele tome uma providência definitiva. Até brinquei e falei: se o senhor quiser, eu vou ali à CTIS e compro um sistema de controle de estoque, porque qualquer sistema de controle de estoque faz este tipo de coisa, dividir em centros de custos. Não é possível um sistema macro, gigante, como esse da saúde, não ter esse detalhamento de controle.

Então, fica aqui o meu protesto para que, de uma forma urgente, seja implementado algo minimamente razoável para controlar o estoque dos medicamentos na rede pública, que gasta a bagatela de meio bilhão de reais com medicamentos anualmente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Obrigado, Deputado Joe Valle. Quero parabenizar V.Exa. pelo excelente trabalho à frente da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, principalmente na temática do acompanhamento da questão da saúde.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu volto a esta tribuna para falar, mais uma vez, sobre o governo brasileiro, sobre a Presidenta Dilma Rousseff.

Eu tenho em mãos aqui o trecho de um editorial do jornal *The New York Times*, e começo dizendo – fiz até questão de escrever: Acredite se quiser. O *New York Times* acaba de publicar um duro editorial contra o *impeachment* da Presidenta Dilma. Em outras palavras, um editorial contra o golpe. O editorial repete os argumentos da blogosfera e do campo progressista e popular de que um golpe causaria sérios danos à democracia no País, levando a um período de instabilidade por tempo indeterminado.

Não que eu dê bola ao que pensa esse jornal. Ao contrário, tenho consciência das armadilhas enormes por trás desses elogios da imprensa americana. Mas o pensamento conservador brasileiro tem profundo respeito pelo que pensa o maior jornal dos Estados Unidos. Não é isso mesmo? Não tem um respeito absoluto?

Tradução de um trecho do editorial: "Ela [Dilma] não fez – o que é admirável – nenhum esforço para constranger ou influenciar as investigações. Ao contrário, ela tem consistentemente enfatizado que ninguém está acima da lei e apoiou a renovação da gestão do atual Procurador-Geral da República, encarregado das investigações sobre a Petrobrás, Rodrigo Janot.

Até o momento, as investigações não encontraram nenhuma evidência de ações ilegais de sua parte. E, enquanto ela é, sem dúvida, responsável por políticas e erros que produziram problemas econômicos, não há nada que justifique o *impeachment*. Derrubar Dilma sem evidências concretas de corrupção causaria sérios danos à democracia que vem ganhando força nos últimos 30 anos, sem nenhuma contrapartida. E não há nada que sugira que alguns dos líderes políticos que querem lhe tomar o lugar faria melhor do que ela em termos de política econômica".

Agora está explicado porque a Globo e a grande mídia em geral recuaram do apoio ao golpe. O Tio Sam mandou parar com essa palhaçada. Os Estados Unidos têm dezenas de bilhões de dólares investidos no Brasil. Sabem que um eventual golpe iria lhes fazer perder muito dinheiro. Falta só avisar aos coxinhas psicóticos que desfilaram nas ruas com faixas em inglês.

A última frase do editorial, que fala sobre a falta de competência e moral na Oposição, é um recado duro e sarcástico contra FHC e o PSDB, que se tornaram

ainda mais histéricos e desequilibrados após as malogradas manifestações do último domingo.

O governo que mais combateu e combate à corrupção em toda a nossa história é, sem dúvida, o de Dilma Rousseff. Se as conspirações midiático-judiciais não transformarem essas investigações em surtos alienistas para prenderem metade do país, paralisarem a economia e promoverem uma seletividade política penal, então Dilma terá um excelente legado para mostrar ao Brasil.

Sras. e Srs. Deputados, eu fico assistindo, e todo mundo deve ter assistido, a esse cidadão chamado Agripino Maia e me pergunto: quem é o Senador Agripino Maia para falar mal do PT, sendo investigado no Supremo Tribunal Federal por desvio de dinheiro por uma quadrilha que se apoderou do Detran no Rio Grande do Norte?

O Sr. Aécio Neves pertence ao partido que iniciou o tal do mensalão. O Eduardo Cunha é uma figura direta descendente de uma criação do Fernando Collor de Mello, ingressou na política via Fernando Collor. O primeiro cargo público de S.Exa. foi o de Presidente da Telerj. S.Exa. já faz rolo desde aquele tempo. Está aí a mídia dando conta de que S.Exa. será denunciado hoje pelo Procurador-Geral da República.

Essa história de golpe, na verdade, é uma jogada dos que estão com medo de que as investigações cheguem neles também. Há aquele velho adágio do interior do Brasil que diz que "pau que bate em Chico também bate em Francisco". Eles vão apanhar também. É por isso que querem fazer a substituição da Presidenta Dilma, não é porque querem um país mais desenvolvido. Eles apoiaram a ditadura e não fizeram. Depois os tucanos ficaram oito anos no poder e não fizeram. Fernando Henrique se vangloria de ter implantado o Plano Real. Na verdade, quem implantou o Plano Real foi o Presidente Itamar Franco junto com o Ciro Gomes, não foi o Fernando Henrique. Fernando Henrique era Ministro das Relações Exteriores e, por sinal, tinha tentado ser ministro ainda na época do Collor. Só não foi porque o Covas derrubou a proposição dele. Para concluir, eu digo: esses senhores não têm autoridade moral para falar absolutamente nada a respeito do Partido dos Trabalhadores.

Eu quero aqui, Deputado Professor Reginaldo Veras, parabenizar o partido de V.Exa., que teve a coragem de filiar o Ciro Gomes e o Cid Gomes nos seus quadros partidários. Se derem oportunidade para o Ciro falar na televisão durante a eleição de 2018, acho que teremos embates esclarecedores. Vi uma passagem de um vídeo do Ciro em que ele disse que, se fizessem um congresso de picaretas reunindo mil picaretas em qualquer lugar do Brasil e o Eduardo Cunha estivesse lá, ele seria o picareta-mor da nação. Imaginem o Ciro nos debates, imaginem o Ciro na televisão. A única coisa que eu não gostei é que ele poderia ter vindo para o PT, mas

ele foi para o PDT. Tudo bem, é um partido irmão. Acho que ele está bem recebido por vocês.

DEPUTADO PROFESSOR REGINALDO VERAS – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO PROFESSOR REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, agradeço a lembrança. O Ciro e o Cid Gomes estão agora nas fileiras do Partido Democrático Trabalhista. São dois que revolucionaram e contribuíram muito para a melhoria da educação no Estado do Ceará e certamente abraçarão as bandeiras do PDT, entre elas a educação e o trabalhismo. Agora, já deixo aqui a dica, Deputado Chico Vigilante: se o Ciro Gomes vier como candidato à presidente, não nos incomodaremos em ter o apoio do Partido dos Trabalhadores. Vocês serão bem-vindos na nossa coligação. Muito obrigado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Agradeço pelo aparte, Deputado Reginaldo Veras. Certamente, é uma discussão que nós vamos travar daqui para frente. Eu, por exemplo, aposto na candidatura do ex-Presidente Lula. Se o Lula for candidato, certamente teremos o apoio do PDT à candidatura do ex-Presidente Lula juntamente com o Ciro Gomes. Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Bispo Renato Andrade.)

PRESDIENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados e todos que se encontram aqui no plenário.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (Bloco Amor por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, membros da imprensa, demais assessores, venho a esta tribuna também contribuir com esse debate em relação à crise financeira nacional. Eu queria aqui expressar um pensamento que vai fazer um pouco do histórico daquilo que eu acredito que pode ter sido um dos principais fatores que levaram o Brasil a essa crise financeira.

O acerto da política econômica do ex-Presidente Lula virou o erro atroz do Governo da Presidente Dilma. Os assessores de ambos pensaram por eles que o Brasil era uma economia fraca e, pelo lado da demanda, assim construíram um aparato para fazer o País gastar pela mão do consumo. E o governo saiu gastando pelo povo e para o povo. Gastou muito, mas, quando se olha pelo lado da produção *made in Brazil*, não se observa que o mesmo aparato de estímulos fora montado para fomentar a demanda de consumo.

Os governos pós real não puseram muita fé no potencial da produção industrial brasileira, deixaram as lideranças do setor industrial, em diversas áreas, falando sozinhas, e os líderes industriais se recolheram, envergonhados de sua

ineficácia como interlocutores. Desistiram muitas vezes de denunciar, com algumas honrosas e precárias exceções, principalmente no sistema tributário. A maioria aderiu à banda da música do governo, que nunca parou de tocar a marchinha desgastada do "Prá Frente Brasil". Os altos gastos do governo sustentaram o varejo, mas o crescente endividamento das famílias e a inflação no teto da meta, como em cada ano do Governo Dilma, levaram à queda do poder de compra líquido da classe média. A queda na construção civil indicou a perda de empregos de carteira assinada. Na área fiscal, os resultados de 2014 foram simplesmente desastrosos. O Governo Central, que reúne as contas do Tesouro Nacional, da Previdência Social e do Banco Central, chegou a registrar *deficits* primários, espelhando o pior resultado da série histórica iniciada desde 1997.

A única área que se expandiu na economia brasileira, de modo vigoroso, em 2014, foram os gastos públicos. O País chegou a uma situação de limite. O realinhamento da nossa capacidade produtiva é, portanto, medida urgente e necessária. E o elemento fundamental de perturbação da capacidade produtiva privada é a máquina de moer da eficiência instalada no setor público. É dever da cidadania desligar essa máquina de produzir retrocessos e desativá-la o quanto antes. Enquanto isso não acontecer, haverá "aquecimentos momentâneos" no setor produtivo, que serão vendidos pelo governo como sinal claro de uma retomada do crescimento econômico, mas que, de fato, repartirão pressões inflacionárias, crônicas, passando a justificar, para muitos, a aplicação de juros mais altos sobre o setor produtivo como remédio amargo.

Para encerrar, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero dizer que uma das saídas da crise é, sim, o investimento na indústria brasileira; é, sim, incentivar que a indústria brasileira produza mais e use o mercado internacional, Deputado Wasny de Roure, para alavancar a economia interna. Não podemos utilizar o Estado como única forma de cabide de sustentáculo do suprimento das famílias brasileiras. Precisamos, sim, tirar esse peso das costas do Estado e reparti-lo com a iniciativa privada.

Então, eu gostaria de deixar uma sugestão não só ao Governo da Presidente Dilma, mas também ao Governo do Distrito Federal: que possamos....

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Rodrigo Delmasso, expositor na tribuna, eu gostaria apenas de agregar à sua fala, se V.Exa. me permite, que o histórico do desenvolvimento industrial brasileiro está associado muito intimamente à capacidade de exportação do País. Aí, naturalmente, a variável cambial torna-se extremamente relevante. Já há muitos anos que a conversão deu ao Real uma estabilidade e uma valorização muito significativa, que, a par da questão fiscal, foi altamente desestimulante para o setor,

porque todos sabem que o custo de produção no Brasil, principalmente o custo social, é muito alto, e há toda uma questão de produtividade e uma série de outras variáveis. Mas é importante destacar que a nova versão que tem sido dada no mercado de câmbios hoje aponta para um favorecimento, a despeito da crise que estamos vivenciando, e tem a capacidade de absorver a questão da competição, a variável tributária, uma série de outras variáveis que faz com que o nosso produto não tenha uma competição tão auspiciosa quanto de alguns países como a China etc.

Nesse sentido, a exposição de V.Exa. é muito apropriada, porque sem dúvida há uma falta de incentivo à estruturação da nossa indústria. É verdade que houve ações muito pontuais, seja na questão tributária, no mercado de veículos, seja no produto de consumo, principalmente em função da melhora da renda na sociedade brasileira. Mas, naturalmente, quem melhorou de patamar de vida quer continuar avançando, e creio que é este novo linear que a sociedade brasileira passa a viver: um mercado exportador baseado em produto industrial competitivo, uma taxa de câmbio que permite que se favoreça esse cenário, como também um custo da mão de obra tão competitivo quanto o outro. Essa é uma das grandes variáveis que temos de reconhecer, que é um elemento importante na composição do custo, mas que é socialmente bastante grave. Qualquer mexida nessa área, até pela estruturação do movimento sindical que há no Brasil...

Felicito V.Exa. Acho que é um debate importante, principalmente ao trazer para Brasília, que tem toda essa questão da região do Entorno e as mudanças das variáveis tributárias... Mas acho que é muito oportuna a exposição de V.Exa. para a Casa e para o conjunto de pessoas que convivem aqui conosco.

Parabéns, Deputado Rodrigo Delmasso, por essa lucidez que V.Exa. traz ao plenário desta Casa!

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Agradeço o aparte do Deputado Wasny de Roure e concordo literalmente com o que S.Exa. acabou de falar.

Aqui defendo, sim, que é imperioso, para que o Brasil possa sair dessa crise maior e mais forte, que o Congresso Nacional, o governo federal comece não só a discutir, mas a implementar uma verdadeira reforma tributária neste país. É necessário! É imperioso!

Nós vemos, de governo a governo, de campanha a campanha, os candidatos, até mesmo aqueles que foram candidatos à Presidente da Câmara dos Deputados e do Senado, utilizando em seus discursos a prioridade da reforma tributária no Brasil. Todos sabemos que isso é prioridade. Eu sei, Deputado Wasny de Roure e Deputado Chico Vigilante – e aqui quero saudar o nosso Secretário de Relações Institucionais, Sr. Marcos Dantas –, que esta Casa não tem talvez autonomia nenhuma para votar reforma tributária. Mas somos a Casa Legislativa da Capital da República e podemos, sim, por meio dos nossos Parlamentares, pedir que no Congresso Nacional seja pautada uma reforma tributária, Deputado Wasny de

Roure, que fortaleça o setor produtivo, a indústria brasileira. Não somente alguns setores, mas que todos os setores possam ser beneficiados!

E digo mais: precisamos tirar a carga do governo, o peso do governo de muitas vezes fazer com que a economia cresça e dividi-lo com o setor privado. Para isso, é necessária uma reforma tributária que valorize o produto nacional. É necessária uma reforma tributária que valorize a produção interna e desonere os encargos trabalhistas e o empresário e valorize o trabalhador. Muitas vezes esses vetores, Deputada Luzia de Paula, para se juntarem, é muito difícil. Não é fácil. Se fosse fácil, já teria sido feito. Mas não podemos nos furtar de fazer esse debate, de tentar buscar o consenso, de fazer sentarem trabalhadores e empregadores e buscarmos um consenso, porque o que está em jogo é a saúde financeira da nossa nação. O que está em jogo é a credibilidade econômica e política do nosso país. A vaidade das bandeiras partidárias não está em jogo, Deputado Wasny de Roure, mas, sim, o reconhecimento e a força do nosso país.

Repito: no início do segundo mandato, o Governo do Presidente Lula acertadamente utilizou os programas sociais para tentar alavancar a economia do Brasil no que se refere ao consumo, mas, infelizmente, a continuidade disso levou a uma paralisia da produção. Paralisando a produção, tem-se uma queda muito grande na economia.

Então, quero deixar nos Anais desta Casa essa contribuição. Eu vi, por exemplo, Deputado Bispo Renato Andrade, que a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo está discutindo uma proposta da para a reforma tributária. Também a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará estão montando uma proposta para encaminhar ao Congresso Nacional, dos deputados estaduais em conjunto com os governadores. Por que não podemos fazer isso aqui? Na Câmara Legislativa também há diversos temas que temos de debater, mas também podemos contribuir para a questão da reforma tributária da nossa Nação.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Obrigado, Deputado Rodrigo Delmasso.

(Assume a Presidência o Deputado Rodrigo Delmasso.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Concedo a palavra ao Líder da Minoria, Deputado Bispo Renato Andrade, do Partido da República.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (Bloco da Minoria. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, Deputado Rodrigo Delmasso, Srs. Deputados, imprensa, colegas de trabalho, mais uma vez volto a esta tribuna para trazer rapidamente à memória alguns fatos. Como eu não pude estar aqui ontem, eu gostaria de falar hoje. Venho, Deputado Wasny de Roure, nesta tarde de hoje, com

um misto de sentimento de frustração e de preocupação, especialmente com as escolhas do Poder Executivo do Distrito Federal.

Como todos já devem ter ouvido, a vida é feita de escolhas. Como diz nosso prestigiado autor, Dr. Augusto Cury: "O destino é uma questão de escolhas". E governar não é diferente. Segundo o Duque de Lévis, importante marechal francês que viveu no séc. XVIII, governar é escolher. Nada mais correto. Governar é saber escolher pessoas e saber escolher as prioridades. É simples assim, Deputado Ricardo Vale.

Apesar de toda obviedade e simplicidade do que ora vos falo, tenho observado os sucessivos erros nas escolhas do atual governo. Devido à limitação temporal, restringir-me-ei aos erros na escolha da prioridade de trabalho.

Quero fazer uma breve retrospectiva. No início do ano, o Executivo sancionou a Lei nº 5.452, de sua própria autoria, que, entre outras coisas, prevê o aumento, a partir do ano que vem, da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços – ICMS incidente sobre o óleo diesel e a gasolina, bens essenciais, prejudicando, ante natural repasse dos custos, toda a cadeia produtiva e, consequentemente, a sociedade de uma maneira geral. Esse aumento fará com que as alíquotas do ICMS incidentes sobre a gasolina – bem essencial, repito – fiquem maiores do que a alíquota aplicada, por exemplo, sobre o cigarro, sobre a bebida alcoólica e sobre o perfume, bens sem qualquer traço de essencialidade. Ora, senhores, isso fere o princípio da seletividade do ICMS, o que vai trazer um prejuízo para a nossa cidade.

Ainda no campo dos erros na escolha das prioridades de atuação, o atual governo recentemente promoveu uma desastrosa e totalmente desproporcional operação de demolição das casas do Setor Habitacional Vicente Pires. A imprensa até noticia que eu sou a favor da grilagem e que aqui há uma bancada que defende a invasão, o que não é verdade. Sou contra a invasão, totalmente, ferrenhamente contra a invasão. Naquele momento eu ocupei a tribuna e até propus a criação de uma frente parlamentar em defesa da regularização do Setor Habitacional Vicente Pires.

Para finalizar o elenco de erros na escolha das prioridades por parte do Executivo, eu poderia citar aqui muitos outros exemplos, não fosse a minha limitação de tempo. Cito a recente propositura Projeto de Lei nº 505, de 2015, que visa a destinar nada mais, nada menos do que 52,8 milhões de reais, aprovados nesta Casa, às empresas de ônibus que operam o transporte público coletivo aqui no Distrito Federal.

Aí, Deputado Wasny de Roure, muita gente não acredita nesta Casa. E vou ser sincero: têm razão para não acreditar. Porque esse repasse é ilegal, segundo a legislação – a Lei Federal nº 12.587, a Lei nº 4.011, de 12 de setembro de 2015, e o

art. 53 da nossa Lei Orgânica. A Lei Orgânica diz que é vedada ao Distrito Federal a concessão de subsídios diretos a delegatórios de empresas privadas.

Nós precisamos estar atentos ao fato de que não podemos jogar. Eu disse no meu primeiro discurso nesta Casa que não podemos ser submissos ao governo. Nós fomos eleitos para a defesa do povo. Não sou contra o Governador. Não tenho nada pessoal contra o Governador Rodrigo Rollemberg, e acho que ele é uma pessoa do bem. Acho que ele é uma pessoa do bem, é bem-intencionado, mas, volto a repetir, mal assessorado, e faz a Câmara aprovar projetos como esse – ilegal, se não fosse imoral. Na semana que vem, provavelmente, chega aqui mais outro crédito de 116 milhões – dizem eles, mas vai chegar a mais de 120 milhões de reais. É ilegal. A legislação não permite isso. Nós não podemos ser induzidos a erro. Não podemos deixar que a sociedade acredite que aqui há pessoas que aprovam tudo o que vem do Executivo sem questionar.

Não fosse apenas isso, eu gostaria de citar que a própria Secretaria de Transportes, no Diário Oficial do dia 26 de março de 2015, fala de uma comissão no DFTrans para analisar os dados para aumento da tarifa técnica. Naquele momento, o senhor secretário falou que não faria nada sem que ela fosse concluída. Isso foi em março. Deveria ter sido concluída em abril, e até hoje não se fez isso. E sabem por que não se fez, Deputado Wasny de Roure e Deputada Luzia de Paula? Porque o governo não tem dados. Os dados que chegam aqui para a gente votar são os que as empresas de transporte público apresentam quando dizem: "Olha, eu fiz isso". Não há fiscalização, não há dados. O governo não vai apresentar esses dados em hipótese nenhuma. A gente está assinando uma procuração em branco, e a sociedade vai cobrar isso da Casa de Leis daqui do Distrito Federal. "Mas o transporte público vai parar." Gente, é para isso que existe Justiça. A nossa Justiça diz que serviços continuados não podem perder a descontinuidade. Vai para a Justiça, e ela vai obrigá-los a fazer com que isso aconteça.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Bispo Renato Andrade, eu tenho prestado atenção nas suas colocações desde o processo de votação da suplementação – se não me engano, foi o Projeto de Lei nº 505, de 2015. Nesta semana, inclusive, eu me debrucei exatamente sobre esses artigos que V.Exa. citou. Eu estou visitando esse assunto. Já estou trabalhando na sistematização das informações – o que é o programa do transporte gratuito para estudantes, o que é a gratuidade para o deficiente e o que é o diferencial entre a tarifa técnica e a tarifa de usuário, cujo crescimento é o mais assustador possível. O crescimento, Deputado Bispo Renato Andrade, é exponencial. O crescimento, segundo a curva em que a nossa assessoria está trabalhando, é de natureza exponencial.

Eu, inclusive, agora no início desta tarde, Deputado Rodrigo Delmasso, estive com o Secretário da Fazenda. Fui tratar de uma questão específica de controle das empresas de transporte de valores, mas fiz questão de dizer para ele que o Distrito Federal está vivendo o cenário de um segundo estádio – virtual. O outro, pelo menos, ainda é de concreto; esse é virtual. Além disso, o que nos traz insegurança é a absoluta falta de controle do Poder Público, que está apenas despachando dinheiro para as empresas. Isso se reporta também à colocação de V.Exa. de que a Lei Orgânica veda textualmente a transferência de dinheiro público para fins de subsídio a qualquer tipo de sistema privado que recepcione dinheiro público para dar cobertura na forma de subsídio.

Portanto, chamo a atenção para o que V.Exa. está colocando. Infelizmente, o Ministério Público ainda não chegou. Eu quero fazer uma representação ao Ministério Público, porque isso está acontecendo à revelia dele, ele tem sido muito cioso em outros governos! Sinto falta da propositura afirmativa e fiscalizadora do Ministério Público nessa matéria, bem como do Tribunal de Contas. Creio que os dois órgãos têm que ser acionados para poder levar esse debate a um estágio mais aprofundado e com mais consequências. Inclusive, eu entendo que este governo é refém, é refém daquilo que está acontecendo no transporte público do Distrito Federal.

Parabéns pela sua impetuosidade, pela sua firmeza neste debate, Deputado.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Agradeço o aparte de V.Exa.

Não tenho dúvida, vou dar um crédito de confiança aqui ao Marcos Dantas, que tem sido um parceiro, e ao Secretário Carlos Tomé, que ficaram de apresentar os dados para nós esta semana. Caso não os apresentem, também iriei ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas, não tenham dúvida nenhuma!

Eu não vou fazer do meu mandato, não vou fazer do meu mandato uma extensão do Palácio do Buriti! Meu mandato não está à venda, estou aqui para representar o povo do Distrito Federal e o representarei.

DEPUTADO JOE VALLE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Sem revisão do orador.) – Deputado Bispo Renato Andrade, quero parabenizá-lo por esse questionamento e também o nosso Deputado Wasny, que levantou isso com muita propriedade, colocou-se claramente na votação de forma muito republicana. Nós combinamos aqui, ficou combinado, que faríamos uma discussão e nos aprofundaríamos para não votar o próximo crédito como votamos esse, Deputado Bispo Renato Andrade.

Então, eu gostaria de reforçar a sua fala no sentido de que a gente crie agora, já que temos uma CPI dos transportes rodando, um grupo para discutir isso profundamente. Realmente o que nos parece é que o governo está refém mesmo desse processo, não por culpa dele, mas de um processo que se arrasta por muito

tempo, porém não pode haver esse crescimento. Nós temos um estádio virtual de 2 bilhões em quatro anos, é uma coisa inconcebível mesmo.

Portanto, eu gostaria de me colocar à disposição. Eu gostaria muito de participar dessa discussão, desse aprofundamento, Presidente Deputado Rodrigo Delmasso. Temos que colocar para a Presidência da Câmara que essa discussão é de extrema importância. Já vai vir outro crédito! E aí, se não tivermos isso muito bem organizado, vamos votar de novo? Eu gostaria muito de reforçar o discurso do Deputado Bispo Renato Andrade.

Muito obrigado.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Além do mais, Deputado Joe, não apenas os 119 milhões, acho que vai passar dos 120 milhões, mas vai vir mais crédito por aí, porque não há condições. A curva está aqui em minhas mãos e é exponencialmente desanimadora.

Não bastasse isso, o metrô contratou as empresas Logit e Logitrans, que nós estamos investigando como fraudadoras aqui. Trouxe do Espírito Santo um senhor para comandar o DFTrans. Só falta contratar o Sacha Reck. Aí pronto, estabeleceu o caos aqui no Distrito Federal de vez!

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Deputado Bispo Renato, quero parabenizar V.Exa. pelo brilhante discurso e quero me somar a todos os Deputados aqui presentes.

Deputado Joe Vale, nós podemos, eu acredito que pela Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, auxiliar também a CPI dos Transportes nesses estudos. Eu me lembro de que no ano passado, salvo engano, esta comissão fez uma auditoria no DFTrans e encontrou diversas irregularidades ali, no governo passado, inclusive, com execução de contratos, enfim.

Acredito, Deputado Bispo Renato, que é necessário... E mais uma vez quero ressaltar a importância da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle nessa situação. Eu peço que coloquemos isso também como um dos nossos pontos de fiscalização, porque nesse crescimento exponencial quem sai perdendo não é governo a, governo b, quem sai perdendo é o povo do Distrito Federal, que vê os recursos públicos sendo destinados exponencialmente para subsidiar um sistema de transporte que infelizmente... Não é culpa deste governo! Eu quero deixar bem claro: não é culpa deste governo, mas é um sistema de transporte que não atende a população.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Bispo Renato Andrade, eu só quero colocar, até dentro do contexto, que essa

modelagem do cálculo do ponto de vista da diferença da tarifa técnica para a tarifa do usuário é oriunda, ela nasce no contrato firmado inclusive no nosso governo, no governo que apoiei. Agora, não é porque apoiei um governo que apoiei relações contratuais ilícitas. Não é isso! Eu quero exatamente que esses órgãos de controle investiguem com profundidade, porque está notório que a saída do último diretor do DFTrans foi uma demonstração de que há um quadro de absoluta falta de controle por parte do governo.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Deputado Bispo Renato Andrade, V.Exa. debate uma política pública fundamental em Brasília. Fica mais absurdo quando V.Exa. viaja para alguns lugares sem precisar pegar nenhum táxi, só andando de transporte público, como na maioria das capitais do mundo. Em Brasília, acontece o contrário, temos um transporte público, particular subsidiado pelo governo.

Eu sugeri inclusive ao novo secretário... Porque nós sabemos essa história toda. Primeiro, fez-se um planejamento para matar a TCB, que era a companhia de ônibus que fazia a movimentação em Brasília. Então, planejaram matar a TCB e ficarem com as linhas. Ora, em seguida, todos nós conhecíamos que havia um cartel do qual o governo era escravo, porque ou os motoristas e cobradores faziam greve porque os salários estavam baixos, ou eles determinavam a greve quando estavam insatisfeitos com o governo. Portanto, o governo passou a ser refém desse grupo que estava aí há não sei quantos anos. Ora, o governo anterior deu um passo adiante quando tirou esse pessoal. Até de maneira abrupta e tal, houve intervenção, fizeram isso. Só que o modelo de concessão continuou com os mesmos vícios do passado.

Primeiro, sabemos quais são os *modus operandi* do processo licitatório quando se participa de uma licitação: ofertam um preço mais barato e, com pouco tempo, entram com o reequilíbrio financeiro, que não deixa de ser... Aí, V.Exa. tem, nesse caso do transporte, uma equação com muitas variáveis: índice não sei de quê, mais aumento de combustíveis, mais aumento da mão de obra. Reduzem as linhas e, ao mesmo tempo, a quantidade, os intervalos que aqueles ônibus passam nas paradas. Continuam sacrificando a população.

Quando o governo não dá esse subsídio, que eu lembro que era em torno de 12 milhões, agora, de acordo com o último crédito que aprovamos aqui, é de 53 milhões. Mas já disseram que precisam de mais cento e tanto até o final do ano...

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Vai passar dos 200 milhões.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Então, passamos a ter um transporte particular sustentado pelo serviço público. Então, temos um transporte híbrido, é um privado que depende do governo.

Ora, nós sabemos que, em parte, houve uma série de concessões de passe livre, de passe para não sei o quê, que também não há controle. A concessão dos passes é justa, o controle é que está errado. Já houve, em 2011, uma história de que eram 12 mil pessoas com necessidades especiais ou deficientes que andavam. Hoje, parece que com as auditorias seguidas, uma coisa de maneira tão aberrativa, hoje parece que são mil e poucas que estão andando, talvez sejam menos.

Ora, se o governo pretende subsidiar o transporte, então que ele...

Com esses milhões será que dava para comprar quantos ônibus novos? Já que nós queremos um modelo em que o governo gasta tanto dinheiro, por que não reestrutura a TCB? Então vamos, com 1 bilhão de reais, comprar ônibus e montar a estrutura, aí o governo pode fazer as concessões que ele queira, porque estarão andando nos carros do próprio governo.

O que não pode é a gente manter um sistema de transporte híbrido que é particular, mas, no entanto, se o governo não pagar, ele não funciona. E nós sabemos que nós estamos reféns, porque se eles não recebem o repasse... Não é questão dos cobradores. Na maioria das vezes é a própria empresa que determina a greve.

E qual é o plano b que o governo tem? Vai ficar refém para o resto da vida? Sempre que pedir aumento e não der, vai entrar em greve, vai sacrificar a população? Então, por que não se faz um plano b para sair disso? Vamos reestruturar, pegar esse dinheiro todo que é transferido e vamos reestruturar a TCB e colocá-la para fazer as linhas. Aí, sim, sendo do governo, se a população reclamar que tem pouco ônibus, o próprio governo, como está bancando, tem condições de fazer essa reestruturação – que não é ideal, mas nós não temos um plano b nem um plano c, que seria o transporte sobre trilhos, o mais barato, o mais eficiente.

Mas os grupos que consertam estrada, que vendem pneus para ônibus, que vendem ônibus, esses grupos econômicos sempre são contrários. O *lobby* desses grupos mata a iniciativa que Brasília precisa, de um transporte sobre trilhos, eficiente, para que a população não continue refém. População, governo e Câmara. Como foi que nós votamos esse último crédito? "Olha, se não votar, vai parar tudo". Aí o Deputado fica: "E aí? Eu vou ser o culpado de segunda-feira não ter ônibus na rua? Vão me xingar".

Então, está o governo refém, estão os próprios funcionários rodoviários reféns, porque têm que cumprir ordem para parar ou para suspender. Estamos todos reféns. E quando é que nós vamos sair disso?

Faz-se um projeto de longo prazo para botar Brasília com o transporte sobre trilhos ou se faz um emergencial. Se pegar o que estamos passando para a iniciativa privada, dá para reestruturar a TCB e botar os ônibus, sim, esses do governo. Aí ele não tem que pagar nem transporte de passe livre nem para pessoas com necessidades especiais.

Se é para fazer uma atividade de assistência, então que se faça com os próprios equipamentos do governo, não com equipamentos de particular.

Esse é o meu entendimento.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Agradeço o aparte do Deputado Agaciel Maia.

Foi apresentado aqui o rolo compressor do governo, e parabenizo o Governador Rodrigo Rollemberg, que passou a máquina aqui. Enquanto a gente estava tentando discutir, passou o trator aqui por cima, impiedosamente.

Mas, a bem da verdade, de trator o Rollemberg entende bem.

DEPUTADO JULIO CESAR – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Deputado Bispo Renato Andrade, quero parabenizar o discurso de V.Exa. e parabenizá-lo, também, pelos trabalhos que vem desenvolvendo como Presidente da CPI do Transporte.

Mas quero deixar claro, como disse o nosso Deputado Rodrigo Delmasso, que esse contrato não foi feito nessa gestão, então não há que se dizer que o Governador Rodrigo Rollemberg é culpado pelo que está acontecendo neste ano de 2015.

V.Exa. levantou muito bem uma questão de, talvez, ter feito algo que não esteja na lei, mas, se nós analisarmos, no ano passado esta Casa liberou alguns créditos. Então, a gente também tem que ver o que aconteceu no ano passado. Não foi só neste ano que nós tivemos esse tipo de problema.

Aproveito esta oportunidade para dizer que, assim como nós discutimos e falamos no Colégio de Líderes esses dias, eu acho que é muito importante a CPI – se ela já está encontrando materialidade em algum quesito –, por meio de um ofício, encaminhar ao Secretário de Mobilidade, o Carlos Tomé, para que ele possa tomar ciência, até mesmo para não cometer nenhum tipo de erro. Fica aí uma sugestão a V.Exa. para que já comunique, porque não podemos tomar nenhuma atitude baseado em fatos que ficamos sabendo simplesmente pela mídia. Se a CPI já está visualizando que há algum tipo de erro, que ela já comunique à Secretaria de Mobilidade para que o Secretário tome ciência disso e não venha a cometer esse tipo de erro. Quero, mais uma vez, parabenizá-lo pelo excelente trabalho que V.Exa. vem fazendo na CPI do Transporte.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – É claro que não é um debate, Deputado Julio Cesar, mas fomos nós que pedimos à secretaria, que, hoje, é a Secretaria de Transparência, ou não sei como se chama, para começar a investigação. Então, não é uma política de governo, é uma política de Estado. O Governador precisa entender essa diferença.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Bispo Renato Andrade, com todo o espeito ao Líder de Governo, na realidade, há duas questões das quais não podemos fugir. Quem governa está no comando a partir de 1º de janeiro, porque ganhou o processo eleitoral. Querendo ou não, nós temos no ano de 2014 e de 2015 um crescimento exponencial da magnitude dos gastos nessa área. Essa é uma questão indiscutível que precisamos analisar.

A segunda questão, Deputado Bispo Renato Andrade, é que assim como o Governador não quis convalidar, não quis assumir a nova sede administrativa do governo na cidade de Taguatinga/Ceilândia – ele não assumiu; agora, parece, está dando tratativas –, ele pode perfeitamente questionar o contrato. Vamos ser claros quanto a isso. Deixe, então, que diga em que termos isso vai funcionar. Nós não podemos justificar e até entendo, na minha fala fiz questão de dizer que o contrato foi oriundo do governo anterior, mas isso não significa que o contrato que nasceu, se há algo errado, foi exatamente em função de o próprio Governador se eleger governo. Ele foi eleito para fazer a diferença.

Então, nós não podemos justificar. Eu chamo a atenção, e aqui quero me associar ao debate apresentado pelo Presidente da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, e coloco a minha assessoria à disposição para fazer dois tipos de debates. O primeiro deles: Qual é a composição da tarifa técnica? Qual é o conteúdo dela? O segundo: Qual é o nível de subsídio que existe nas outras cidades que legitima a magnitude desse crescimento exorbitante? Sem falar do necessário, efetivo e permanente controle que as gratuidades têm de ter por parte do Poder Público. Isso é inegociável. Por isso, mais uma vez, parabéns por essa sua postura em trazer esse debate ao Plenário. Conte conosco. Eu farei isso com o maior prazer, Deputado.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Muito obrigado, Deputado.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Bispo Renato Andrade, em primeiro lugar, eu quero parabenizá-lo mais uma vez. Tem de ser registrado aqui que a postura de V.Exa. demonstra claramente o seu grau de isenção, de transparência, porque ultrapassa as barreiras político-partidárias.

Ninguém está falando se foi esse ou aquele governo, o que interessa é que um erro está sendo cometido de forma contínua e tem de ser interrompido. Isso foi muito bem dito aqui por um *expert* em orçamento, o nobre Deputado Agaciel Maia, Presidente da nossa Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Nós vamos ficar reféns eternamente, então, de um sistema hoje que sacrifica a população e deixa o governo refém a todo momento e reclama perdas?

É o único contrato em que não há risco nenhum para eles. Eu acho que o melhor negócio, hoje, é fazer parte desse contrato, porque não há risco; e oferece uma péssima qualidade de serviços para o usuário. Toda vez que tem problema, recorre ao governo, que recorre à Câmara Legislativa e esta Casa, lamentavelmente, ainda apoia. Nós temos que dar um fim nisso, temos que parar.

Volto a dizer: se o erro foi cometido no governo passado, do qual V.Exa., o Deputado Julio Cesar e eu – nós três fomos Secretários de Estado – fizemos parte, temos que ter humildade e reconhecer que erraram. Se erraram, temos que corrigir. Ou vamos continuar no erro eternamente, sacrificando a população e consumindo os cofres públicos todos os dias? É lamentável!

Parabéns, Deputado.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – De fato. Eu vou ter que encerrar meu discurso, mas até agora só V.Exas. falaram. Eu não consegui concluir.

DEPUTADO JULIO CESAR – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Deputado, nós temos que tomar cuidado. Eu parabenizo o Deputado Wellington Luiz. Fiz parte da gestão passada e realmente a gente vê que o valor gasto no transporte público é muito alto. O governo atual já se disponibilizou a ver isso. Se nós pararmos o sistema, quem vai ser prejudicada é a população. O crédito veio na semana passada. Se não for aprovado, quem vai sofrer é a população, porque se hoje eles pagam três e pouquinho, se parar, vai ter que chegar a cinco reais.

Realmente nós temos que verificar, tratar esse tema como V.Exa. está trazendo, e realmente discutir. Há uma promessa do secretário de fato, de verdade, em reavaliar essa questão, para que no próximo crédito a gente possa votar com propriedade.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Meu nobre Líder, eu gostaria de fazer um pedido a V.Exa. Não estou aqui sendo Oposição ao Distrito Federal nem ao Governador Rodrigo Rollemberg, em hipótese nenhuma. Quero fazer um pedido a V.Exa. Está aqui no Diário Oficial de quinta-feira, 26 de março de 2015, um estudo que o DFTrans deveria fazer. Eu faço um pedido a V.Exa.: fale ao governador que envie esses estudos técnicos para a Câmara Legislativa. Aqui não é um debate, não é um combate ao governador, muito pelo contrário. Eu me coloco à disposição para

ajudar esse governo, se precisar de ajuda. Humildemente eu me coloco à disposição. Sei que não tenho competência para isso, mas estou à disposição. Não quero cargo, não! Só quero ir lá dar a minha pequena contribuição.

Eu espero que o governador, meu Líder, não trate isso pessoalmente. A Marcha para Jesus, que não é minha marcha, é marcha para Jesus, do povo de Deus do Distrito Federal, foi boicotada na Ceilândia porque os líderes estavam organizando. Cortaram o ponto de luz, para não ceder a luz e impedir que a Marcha para Jesus pudesse ser realizada em Ceilândia. Essa é uma questão pessoal, o governo não pode se apequenar e tratar questões pessoais em um debate como esse.

O que estamos trazendo aqui é um debate técnico, e eu gostaria de debater tecnicamente com o governo nesse sentido.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Bispo Renato Andrade, se me permite uma intervenção, primeiramente eu quero me associar a V.Exa. nos motivos, nos fundamentos. Nós, na CPI, temos tido a oportunidade de ver uma série de erros que foram cometidos. Alguns a gente até imagina que tenham sido de forma inadvertida. Outros, a gente até ousa supor que tenha sido proposital.

Lá atrás, no mês de junho, V.Exa. recorda que fui o primeiro a me insurgir contra um novo repasse, considerando que nós não tínhamos os dados para realmente aprovar um crédito daquela monta? Afinal de contas, 52 milhões não são 52 centavos. É muito dinheiro.

Segundo, o projeto volta para esta Casa, e nós tivemos a oportunidade de votar. Como eu disse muito claramente, votei. Votei, mas gostaria de deixar registrada uma prática repugnante dentro disso tudo. O argumento que tem sido esgrimado é o seguinte: se não aprovar esse crédito, amanhã os trabalhadores do transporte público estarão aqui na porta exigindo o pagamento dos salários. Eu acho que, primeiro, a gente tem que falar a verdade dos fatos. A verdade dos fatos é que nenhuma empresa se habilita num certame licitatório sem comprovar sua robustez financeira, capaz de, num atraso de seis meses de repasse, poder cobrir. Ela tem a obrigação de cobrir os seus encargos, principalmente seus encargos de natureza trabalhista.

Então, essa chantagem precisa ser denunciada para ser coibida. Nós temos que parar de achar que alguém ainda se engana com isso.

Outra realidade que precisa ser dita, Deputado Bispo Renato Andrade, é com relação essa chamada tarifa técnica. Tarifa técnica é o nome pomposo de subsídio, ou seja, o pagador de imposto do Distrito Federal é quem financia a chamada tarifa

técnica. Esse pagador de imposto está sabendo que ele está pagando isso? É importante a gente jogar luz sobre esse tema para toda a sociedade.

Eu tenho certeza de que a sociedade do Distrito Federal, Deputado Bispo Renato Andrade, não se recusará a contribuir, até pelo princípio da solidariedade, que está esculpido no nosso texto constitucional. O princípio da solidariedade é um dos princípios regentes da nossa administração. É preciso que isso seja esclarecido à população, ela precisa saber. Se entrevistarmos as pessoas no meio da rua, ninguém sabe o que é tarifa técnica e muito menos quem a está financiando.

Eu acho importante que a gente coloque isso. Quero já antecipar a V.Exa. que apenas nesse episódio, nessa votação, houve uma atitude da CPI do Transporte que não foi uniforme. Na próxima será, tenham certeza, porque isso foi colocado. Nós podemos até reavaliar créditos, mas precisamos ter certeza de que as imperfeições que já foram detectadas foram sanadas.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Mais ainda, Deputado. Eu gostei de dizer ao Deputado Julio Cesar, e pode dizer também ao Governador que se o governo me convencer que o crédito é legal, é real e não é imoral, ele vai ter o meu voto no próximo crédito. Basta me convencer.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Pois não. Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Deputado Bispo Renato, só para contribuir um pouco com esse debate em relação à tarifa técnica, o que acontece, Deputado Raimundo Ribeiro? O desenho da licitação é perfeito, só que infelizmente foi construído com fundações podres. Foi construída uma casa nova em cima de fundações que não funcionam. Com isso, a cada dia, a cada ano, onera-se o Estado. Por quê? Infelizmente as empresas fazem o pedido de aumento de tarifa técnica sem estudo nenhum, e o apresentam.

Não falo mais uma vez que este governo não tem responsabilidade. Isso aconteceu, Deputado Raimundo Ribeiro, a primeira vez no governo anterior. O primeiro reajuste de tarifa técnica foi feito no governo anterior, quero deixar claro isso. Dessa forma, abriu-se um precedente para que as outras bacias também pedissem. Como o Estado é contínuo e os governos são estabelecidos de quatro em quatro anos, isso foi colocado.

Concordo com V.Exa. que o crédito do sistema de transporte, do jeito que está funcionando, precisa ser reformulado. Se o que está no papel fosse cumprido, como dizem, nós teríamos, em tese, um sistema de transporte muito melhor do que o citado hoje, mas, infelizmente, Deputado Wellington Luiz, Deputado Bispo Renato Andrade, o que foi colocado no papel não está sendo colocado na prática. No papel estão as bacias, mas hoje o sistema ainda opera ponto a ponto.

Deputado Bispo Renato Andrade, concordo com V.Exa., mas deixo claro que na reformulação de todo o sistema, nós precisamos olhar a raiz disso, a raiz de todo esse problema. Eu o parabenizo por trazer esse tema, que gerou um grande debate no plenário da Casa.

DEPUTADO JULIO CESAR – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Estou desconfiado de que o governo está querendo impedir meu discurso. Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Primeiramente, Deputado Bispo Renato Andrade, V.Exa. fez um pedido para nos ajudar na elaboração de uma solução. Quero dizer que eu aceito, V.Exa. sempre será muito bem-vindo porque é uma pessoa eloquente, uma pessoa que sabe muito. Eu tenho certeza de que sua experiência vai nos ajudar a encontrar um caminho para resolvermos essa situação. A gente tem que tomar cuidado, torno a repetir, para que a população não seja mais prejudicada. Hoje é três e pouquinho. Se a gente parar o sistema, pode aumentar essa tarifa.

A mesma coisa, se formos analisar, é a questão dos restaurantes comunitários. Hoje o governo subsidia quase quatro reais, enquanto a população paga apenas um real. Se começarmos a tudo questionar, daqui a pouquinho, quem pagará o preço é a população, e a população não pode ser prejudicada mais ainda.

Finalizando, em relação à Marcha para Jesus, sou totalmente contra. Eu, até por ser evangélico, não admito que uma situação dessa venha a acontecer. Eu acho que temos que verificar isso. Eu vou pedir que minha assessoria entre em contato com o governo para que possamos realmente buscar a origem desse problema, mas uma coisa eu posso garantir ao senhor: não há nada pessoal, até porque tenho estado com o Governador Rodrigo Rollemberg e nunca ele se levantou, falou qualquer coisa em relação a qualquer Deputado, Parlamentar. Não há nada pessoal. Isto eu posso garantir ao senhor: nada pessoal existe. Pode ter acontecido um erro, alguma situação que vamos verificar. Se verificarmos, eu serei o primeiro a pedir que o governador demita o funcionário ou a pessoa que fez isso, porque nós não podemos admitir que num país democrático como o nosso tal situação venha a acontecer.

Obrigado, Deputado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Bispo Renato Andrade, eu tenho acompanhado com interesse as intervenções de V.Exa. a respeito do transporte. Eu acompanho a situação do transporte do Distrito Federal desde 1977, quando cheguei para morar em Brasília. Era um transporte cartelizado, que sempre foi dirigido por meia dúzia de pessoas. O Governo do meu

amigo e companheiro Agnelo Queiroz – repito, meu amigo e companheiro, porque não abandono companheiro – teve a coragem de peitar o cartel e fazer a licitação.

O José Walter – eu dizia há pouco aqui ao Deputado Wellington Luiz – não é do meu partido, mas ele é o tipo de servidor que o Estado brasileiro precisa. Ele é um servidor que passou por todos os governos e não tem uma mácula. Trabalhou nos governos Roriz, Arruda, Agnelo e Marconi Perillo. Há até uma passagem interessante: quando a Mendes Júnior ganhou os contratos para construir no Iraque, o José Walter era do SINE – Sistema Nacional de Emprego, e o Sine fazia a seleção dos trabalhadores para irem ao Iraque, os operários. A Mendes Júnior, Deputado Raimundo Ribeiro, queria fazer um contrato em leis internacionais. Eu era Presidente da CUT e era Ministro do Trabalho o Almir Pazzianotto Pinto. O Almir Pazzianotto aceitou a imposição da Mendes Júnior, e o José Walter denunciou. E eu, como Presidente da CUT, posicionei-me ao lado do José Walter, e conseguimos que o ministro voltasse atrás e os contratos fossem feitos na legislação brasileira. Quando teve a guerra do Iraque contra o Kuwait, os trabalhadores, se não tivessem sido amparados pela legislação brasileira, não teriam recebido nada.

O José Walter é uma pessoa tão correta, que ali, na secretaria, quando ele ganhava algum litro de vinho, qualquer bebida, no final de semana, ele dava para as secretárias levarem para casa. Ele nunca levou uma coisa para casa. Mas o transporte do Distrito Federal é complexo, é subsidiado e vai continuar sendo subsidiado, porque a população não dá conta de pagar a tarifa. Tem que olhar se tem desvio no subsídio. Ok, é importante que se faça isso. A CPI é para isso. Porém, que vai continuar sendo subsidiado, vai continuar sendo subsidiado. A população não dá conta de pagar a tarifa atualizada hoje.

Talvez um novo pensamento de como deve ser o transporte seja: quem não anda de ônibus ajude no transporte urbano, que é o que está acontecendo e vai acontecer. Eu sou Oposição, mas tenho dito: foi votado aquele crédito e creio que o governo tem que dar todas as explicações até setembro, porque, em setembro, vai ter que ter crédito de novo e vai ser votado de novo pela Câmara Legislativa. Ou vota ou atualiza o preço. Eu não estou disposto a querer que seja atualizada a tarifa real. Agora, não dá! Nós tínhamos um grande parceiro aqui, que foi o grande lutador pelo passe livre estudantil: o Deputado Paulo Tadeu.

O Distrito Federal é a única unidade da Federação que tem passe livre estudantil universal. É o único. Foi o primeiro que implantou. O restante do Brasil não tem. Portanto, o transporte realmente encareceu, e o Estado vai continuar pagando.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Agradeço o aparte do V.Exa., Deputado Chico Vigilante.

Aproveito, então, para convidar a todos: no dia 20, haverá exatamente um amplo debate sobre esse assunto, uma audiência pública para debater sobre tudo isso. Peço permissão ao Sr. Presidente para finalizar a minha fala.

Baseado em tudo o que já foi falado, já dizia John Rockefeller, o empresário americano que fez fortuna com o petróleo, que o melhor negócio do mundo é uma companhia de petróleo bem administrada, e o segundo melhor, é uma companhia de petróleo mal administrada.

Tenho certeza de que se Rockefeller conhecesse nossa conjuntura atual, teria dito diferente, teria dito que o melhor negócio do mundo é uma empresa de ônibus bem administrada que opera no sistema público coletivo do Distrito Federal, e o segundo melhor, é uma empresa de ônibus mal administrada, também, de transporte público aqui no Distrito Federal.

De fato, não existe negócio melhor, porque quando dá lucro, o empresário é quem embolsa o dinheiro. O governo e o cidadão não recebem um centavo sequer, mas quando dá prejuízo, a empresa é sempre socorrida pela mão amiga do governo.

É negócio sem risco, ou melhor, com um único risco: dar certo e enriquecer o dono da empresa. É lógico que não: afinal, o governo favorece as empresas de ônibus com o nosso dinheiro. Isso não é nada bonito! O dinheiro suado do contribuinte, que é obrigado a pagar cada vez mais impostos a troco de serviços precários e escândalos de corrupção.

Enquanto isso, meus amigos e amigas, a saúde pública em nossos estados vive um verdadeiro caos. Sim, isso mesmo! Estou parafraseando o meu querido amigo, aguerrido, Deputado Rodrigo Delmasso, que disse que a Saúde está na UTI.

Falando em UTI, aliás, é bom lembrar que até o mês passado, mais de sessenta pessoas aguardavam vagas na UTI. Setenta e um medicamentos padronizados estavam com os estoques zerados, incluindo insumos usados para combater sífilis e inflamações no coração. Havia um déficit de mais de 7.900 servidores na Secretaria de Estado de Saúde. Oito pacientes foram infectados com superbactérias, sendo que sete deles morreram. Servidores foram flagrados lavando lençóis em casa e atendendo pacientes vestidos com sacos plásticos por falta de avental. A situação é tão crítica, que desde o começo do ano, a saúde pública está oficialmente em estado de emergência.

É engraçado, senhores e senhoras, amigos e amigas, que o transporte público não pode quebrar, mas que morra o maior número de pessoas possível. Isso não é responsabilidade do governo.

Acho que tem que se olhar não para os empresários do transporte público que querem enriquecer, mas para a saúde das pessoas, que estão morrendo por falta de medicamentos e por falta de atendimento.

Apesar de tudo isso, o que faz o Poder Executivo? Relega a saúde pública a segundo, a terceiro, a quarto plano, ou a plano algum. Ora, senhores, a saúde pública deveria ter prioridade absoluta em nosso governo, afinal, lida diretamente com o bem mais precioso do ser humano, a vida. Vou além, lida com a vida daquele cidadão carente de recursos financeiros, que não tem condições de custear seus gastos com saúde com dinheiro do próprio bolso. Por isso, em vez de o Poder Executivo gastar seu tempo e nosso dinheiro com derrubadas irregulares na Vicente Pires e com a iniciativa de proposições legislativas totalmente equivocadas, deveria atuar em prol da saúde pública.

Para finalizar, volto a citar o Dr. Augusto Jorge Cury: "Os nossos maiores problemas não estão nos obstáculos do caminho, mas na escolha da direção errada". Este governo tem escolhido, desde o seu início, a direção errada, traindo a confiança nele depositada pelo eleitor.

Portanto, fica o alerta: abramos nossos olhos e atuemos com firmeza e rapidez, pois do jeito que está não dá mais para continuar. E volto a insistir: não sou oposição ao Distrito Federal nem sou Oposição ao Governador Rodrigo Rollemberg, sou oposição ao caminho errado que está se tomando. Caminhe-se pelo caminho certo e vai contar com meu voto, com certeza, dentro desta Casa.

Muito obrigado. Deus abençoe a todos.

(Assume a Presidência o Deputado Raimundo Ribeiro.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Eu gostaria de comunicar que a Deputada Sandra Faraj apresentou um atestado médico para justificar a sua ausência no dia de hoje.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Líder do Bloco Democrático Trabalhista Progressista. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente e todos os presentes, mais uma vez, venho a esta tribuna para solicitar ao Governador, ao Líder do Governo e a esta Casa que se adotem as devidas providências para que se evite, mais uma vez, um ato – não vou dizer criminoso porque seria antiético da minha parte – desrespeitoso com o povo de Brasília.

Eu tenho pedido, nos últimos dias, que o Governador Rollemberg desligue os tratores para conversar com a população, como S.Exa. fazia na época da eleição, naquela tal de roda de conversa. Não sei como é que se chamava, mas era uma ideia brilhante e que nós temos que parabenizar. Eu acho que é isto mesmo: um homem público tem que estar conversando enquanto é candidato e mais ainda depois de eleito, porque ele deve ao povo de Brasília a sua eleição.

Nós estamos a ver nos jornais, a imprensa tem trazido nos últimos dias aquela verdadeira barbárie que foi cometida contra Vicente Pires e outras localidades sem nenhum tipo de complacência, passando por cima inclusive de outras esferas,

outros Poderes, atropelando ordens judiciais. Agora, estamos vendo o risco de novas derrubadas contra os moradores do Lago Sul.

Eu tenho batido nesta tecla: já me disseram que existem 28 pontos de acesso, mas nós já detectamos 19, Deputado Rafael Prudente. Se o governo quer realmente dar às pessoas a possibilidade de acesso ao lago, utilize esses acessos, invista, mas não destrua o que está pronto, o que foi preservado. Isso seria inclusive uma forma arrecadatória. O governo não reclama tanto que o caixa está baixo? Então, que ele cobre pela utilização dessa área. Nada mais justo. E não tem essa história de: "Ah, eu não quero pagar." Está usando, vai pagar. Agora, eu duvido que alguém não vai querer pagar.

É muito difícil absorver a ideia de que não há diálogo, de que não há possibilidade de se construir uma saída. Simplesmente, ligam os tratores e passam por cima de tudo e de todos.

Eu acho que esta Casa tem a obrigação – esta Casa foi eleita pelo povo – de representar a vontade do povo, independentemente da classe social, se é pobre, se é rico. O rico não pode ter mais direitos, mas também não pode ter menos. E falo de forma muito confortável. Primeiro, porque não sou rico; então, não estou defendendo a minha classe. Depois, porque eu não moro no Lago e talvez nunca vá morar lá na minha vida, porque não tenho dinheiro para isso.

Então, é muito sério o que o Governo do Distrito Federal está oferecendo à nossa população. Num momento de crise, num momento de dificuldade, o governo pratica atos que só fazem a população sofrer mais. É inadmissível!

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Eu quero me somar ao discurso de V.Exa. para dizer o seguinte: eu não sou a favor de invasão em lugar nenhum e jamais serei, mas, da mesma maneira, com a mesma ênfase que eu defendo a moradia no Sol Nascente, na Nova Jerusalém, na 26 de Setembro e em Vicente Pires, eu acho que não se pode simplesmente passar as máquinas na orla do Lago Paranoá. E olha que eu cobro aqui a isonomia de tratamento: se derrubou em um lugar, que se derrube em outro. Mas o que eu quero, na realidade, é que o governo pare para conversar, chame todos os entes envolvidos para conversar e ache uma solução para esses problemas. Não é justo derrubar num lado nem no outro. Houve gastos. O que se precisa é chegar a um entendimento. É tudo o que nós temos pedido. O Governador Rodrigo Rollemberg e a sua equipe não podem levar isso para o lado pessoal. O que nós queremos é o diálogo, é a conversa. Esta é a Casa do povo, é a Casa do diálogo e da conversa. Vamos conversar, vamos traçar as prioridades em cima do que precisa ser feito. Entendemos que S.Exa. está lá para governar e tem toda a razão de fazer isso.

Agora, precisa parar para conversar e desligar o trator para que haja uma roda de conversa com a população e com o Legislativo.

DEPUTADO LIRA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – A questão das invasões de áreas públicas no Distrito Federal, que vêm acontecendo há muito tempo, eu diria que precisa, sim, ser revista por esta Casa, porque, se, de um lado, nós defendemos a moradia do povo, do outro lado, há o que chamo de pessoas espertas, que estão se dando bem com essas invasões. Então, temos de ter cuidado para não sermos usados por essas pessoas para dizer que defendemos a casa do pobre ou defendemos a moradia.

Todos sabem que a minha luta sempre foi em prol da moradia, não é de hoje, já é de muitos anos. Mas o que vemos hoje no Distrito Federal é uma falta de fiscalização. Jogo toda a culpa na Agefis. Eu diria que a Sra. Bruna Pinheiro já deveria ter deixado aquela pasta, porque ela não está dando conta de tocá-la. No caso de São Sebastião, há um foco de invasões que ocorrem a todo momento, e estão deixando a coisa a Deus dará. Não só lá, mas em vários outros lugares. Isso é ruim porque não damos conta de arrumar a cidade. Nós temos o Capão Comprido, o Morro da Cruz e vários bairros novos que surgiram na cidade. A cada dia aparecem novas invasões e, quando se procuram áreas para escola, para creche e para hospital, não se encontram mais. Então, tem de haver uma coerência nisso tudo para que não sejamos usados por quem está agindo de má-fé.

Também sou de acordo de que haja um entendimento, porque a Agefis não pode deixar construir para, depois de muito tempo, derrubar. Ela tem que trabalhar de maneira preventiva, ou seja, se surgir um foco de invasão, vá lá e resolva de imediato. Não pode deixar a pessoa gastar o que não tem, vender sua geladeira, seu sofá velho, seu carro velho, para, depois que a pessoa tiver realizado o sonho da casa própria construída, vir com um trator e passar por cima. Parece que tem prazer em passar trator por cima das casas das pessoas. Então, sob este ponto de vista, sou contra, mas, ao mesmo tempo em que defendo a casa do povo, a moradia do povo, chamo a atenção da Agefis porque ela não está fiscalizando.

Com relação à orla do lago, concordo com V.Exa. que deve, sim, partir para o diálogo. Inclusive propus nesta Casa e está em tramitação um pedido de audiência pública para tratar da questão da ocupação da orla do Lago Paranoá. Vamos chamar para um debate as partes, os moradores e o governo para chegarmos a um consenso por meio do diálogo. Esse diálogo não serve apenas para Vicente Pires, mas também para o Lago Sul, São Sebastião, Sol Nascente e diversas outras áreas.

Volto a dizer que temos de ter o cuidado para que esta Casa não seja usada por algumas pessoas que estão agindo de má-fé. Ganham rios de dinheiro à custa de invasões e depois deixam o problema para quem compra e para o Estado, que

depois tem de arcar com toda a infraestrutura e com todos os recursos, que, muitas vezes, não tem.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Deputado Lira, concordo com V.Exa., mas acho que ninguém chega a um mandato por acaso. Se um Parlamentar se deixa usar, ele não está preparado e tem de renunciar ao seu mandato, porque, se ele se deixa levar por um grileiro, ou ele se deixa levar por má-fé ou está despreparado. Não tem essa história. Eu, por exemplo, estou muito consciente de quem estou defendendo e do que estou defendendo. Tenho essa tranquilidade. Volto a dizer.

Então, venho aqui reconhecer erros que foram cometidos pelo governo de que fiz parte no passado. Agora, dizer que nós, Parlamentares, corremos o risco de ser enganados, não há essa possibilidade, Deputado.

O outro reparo é quanto a se dizer que a culpa é apenas da Sra. Bruna Pinheiro. A Bruna não tem chefe? Ela é dona? É ela que está governando Brasília? É ela que pauta o Governador? Se for assim, a coisa é muito pior. Se a Casa não tem comando, a coisa é muito séria! Então, que a Agefis tenha a responsabilidade dela.

Agora, o grande responsável por tudo isso, Deputado Lira – desculpe-me –, é o Governador, que permite que ações desastrosas como essa ocorram. E ele já disse – eu até o parabenizo: "A responsabilidade é minha!" Ele já assumiu. Parabéns, Rodrigo Rollemberg! V.Exa. fez papel de homem, coisa que sempre admiramos na sua pessoa. Agora, dizer que a responsabilidade é de um setor é querer desviar o foco. A responsabilidade é do governo. Se eu sou governador e o meu assessor, o meu secretário, Deputado Chico Vigilante, não faz o que eu mando, eu o exonero, eu o demito na hora, e não tem conversa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington Luiz, primeiro quero parabenizar V.Exa. pelo pronunciamento.

Eu gostaria de voltar um pouquinho atrás, no que foi dito pelo Deputado Bispo Renato Andrade, porque eu gostaria que o governo tivesse o mesmo zelo que tem com as empresas de ônibus, com todas as empresas do Distrito Federal. As pessoas não podem ficar sem receber um mês, dois meses.

Por exemplo, Deputado Rodrigo Delmasso, os caminhoneiros ficaram sem receber desde o mês de julho do ano passado, e não houve o mesmo zelo que o governo está dando aos empresários de ônibus. Então, que esse mesmo zelo com eles ocorra com todos os empresários do Distrito Federal que estão sem receber.

Outra coisa. Estive recentemente no Sol Nascente e em Nova Jerusalém, onde houve derrubadas, e fui também acompanhar as obras no Sol Nascente, onde também houve algumas derrubadas. Verifiquei que não há nenhum tijolo, Deputado

Wellington Luiz, para equipamentos públicos. Não há um metro de asfalto que tenha sido feito após a derrubada. Ou seja, antes de o governo derrubar, ele deveria planejar o que ele vai fazer. Foi o que aconteceu no Nova Jerusalém, no Trecho 1 do Sol Nascente e em Vicente Pires, que não tem nenhum tijolo em pé para colocar equipamentos, como eles falaram. E também é o que vai acontecer com a orla do Lago Norte e do Lago Sul. Vão derrubar sem planejamento nenhum, sendo que as áreas de hoje, no Entorno, não são vinte, são mais de trinta. Hoje são várias áreas destinadas onde o Poder Público pode fazer infraestrutura para o cidadão usufruir, no entanto não há nada. Estão abandonadas. Muitas dessas áreas estão sendo utilizadas para consumo de drogas e prostituição. O que o governo quer fazer? Quer desobstruir a orla toda sem um mínimo de planejamento. Isso não pode acontecer! Já aconteceu e não se teve sucesso.

Então, peço que o governo reveja todas as derrubadas e faça um planejamento antes que aconteça isso com a população.

Muito obrigado.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Agradeço o aparte do Deputado Rafael Prudente.

Mais uma vez, então, vimos a esta tribuna para pedir ao Governo do Distrito Federal, pedir aos Deputados que compõem a base do Governo que solicitem ao Governador sensibilidade. Que desliguem os tratores! Que se dê à população de Brasília o direito de reivindicar o que é dela. Ninguém tolera mais isso.

Uma mãe nos disse esses dias – vários Deputados testemunharam – que a filha não podia mais ouvir um barulho de caminhão, porque achava que era o trator para derrubar a casa dela. Elas estão morando na casa de uma tia. Foi para isto que o Governo do Distrito Federal foi eleito: colocar-se como adversário do povo?

Eu ainda acredito neste governo. Acredito que há ainda sensibilidade. E que ele jamais perca isso, porque é fundamental para dar certo!

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – O próximo a fazer uso da palavra seria o Deputado Rafael Prudente. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure. (Pausa.)

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito que se faça a leitura de uma moção e uma indicação, de minha autoria, que estão na Mesa.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Serão lidas, Deputado.

DEPUTADO RICARDO VALE – Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho em mãos um *e-mail* que dá conta do descalabro na saúde do Distrito Federal, especialmente na vigilância sanitária.

Eu moro em Brasília desde 1977. Sempre vimos as campanhas que eram feitas, de vacinação antirrábica, para os cachorros não ficarem doidos. Cachorro doido vai transmitir a raiva, vai contaminar as pessoas, que irão morrer. Pela primeira vez, na história do Distrito Federal, não haverá, neste ano, a vacinação antirrábica.

As pessoas da subsecretaria que cuidam, Deputado Raimundo Ribeiro, da área da vigilância sanitária são tão incompetentes, que foram incapazes de se organizar para que fosse realizada a campanha de vacinação antirrábica. Portanto, os cachorros vão continuar sem vacinação.

E há dinheiro em caixa! A vigilância sanitária tem dinheiro, mas os desmandos do Secretário-Adjunto, Sr. Valença, que cuida de lá, é algo tão brutal, que até a vacinação antirrábica não vai acontecer.

Tenho notícia também – e aí já é outra área – de que o Governo Federal manda o recurso para pagar as clínicas credenciadas de hemodiálise religiosamente. Está em dia, está quitado até o mês de julho, entretanto a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal não paga.

Os insumos para que seja feita a hemodiálise são caros, muito caros. Na medida em que o governo não paga, as clínicas credenciadas vão correndo o risco de cessar o atendimento, de devolver os pacientes para a rede pública, que não tem estrutura para fazer hemodiálise. O paciente renal crônico que precisa fazer a hemodiálise diariamente, alguns até duas vezes por dia, se não a fizer, vai morrer.

Conversei pessoalmente com o Governador Rodrigo Rollemberg sobre o risco que estava correndo a questão da hemodiálise. Falei que há dinheiro em caixa e que, portanto, é preciso que as coisas se cumpram.

Não nos adianta querer responsabilizar os proprietários das clínicas, porque a culpa não é deles. Eles estão prestando o serviço religiosamente, para atender a população que precisa, o renal crônico que precisa, efetivamente, da hemodiálise.

Espero que eles metam a mão no dinheiro que está lá para pagar, efetivamente, o pessoal que está precisando receber, sob pena de termos pacientes renais crônicos morrendo por falta da hemodiálise aqui no Distrito Federal.

Portanto, é um apelo que eu faço no sentido de o governo arcar com a sua responsabilidade e determinar o pagamento, porque o dinheiro está lá, repassado pelo Ministério da Saúde. Não pagam porque não querem. Não pagam porque são incompetentes.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Bispo Renato Andrade)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle. (Pausa)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Senhoras e senhores, Sr. Presidente, hoje é um dia bastante especial para o futebol profissional do Distrito Federal. Hoje aconteceu uma assembleia geral na federação, chamada por dezessete presidentes de clubes, para discutir uma série de questões, entre elas a continuidade ou não do mandato do atual presidente Jozafá Dantas. E, por unanimidade, esses dezessete dirigentes de clubes definiram pelo afastamento do atual presidente, que é uma pessoa em cuja eleição eu inclusive ajudei – eu e a maioria dos clubes votamos nele. Mas, infelizmente, ele não conseguiu fazer uma boa gestão. Portanto, a cada ano o futebol profissional do Distrito Federal vem regredindo cada vez mais, seja do ponto de vista da sua organização, seja do ponto de vista do seu patrocínio, seja do ponto de vista da estrutura dos clubes, seja do ponto de vista da relação com o governo. Então, era uma série de coisas que vinham levando o futebol de Brasília praticamente à falência, se continuasse essa gestão.

A gente sabe que o futebol de Brasília é deficitário. O Distrito Federal é uma cidade nova, comparando com os outros estados do Brasil. Mas aqui já era para a

gente ter um dos melhores futebóis, pelo menos dessa região Centro-Oeste. Já era para a gente estar disputando de igual para igual com os estados de Goiás, de Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul. Mas, infelizmente, o futebol daqui não vai para frente, e muito disso foi culpa da atual gestão.

Como eu falei, eu ajudei a elegê-lo. Eu tenho o maior respeito pelo Jozafá, mas, infelizmente, os clubes erraram quando colocaram lá uma pessoa que não conhece futebol. Ele é um excelente advogado, mas nunca foi dirigente de clube, nunca foi diretor de um clube, nunca esteve envolvido com o futebol. Daí a dificuldade dele de continuar conduzindo o futebol de Brasília.

Todos nós sabemos que o futebol é uma paixão nacional e é uma paixão local. Eu, particularmente, sou presidente do Sobradinho Esporte Clube, joguei futebol profissional, joguei no time de juniores do Sobradinho. Sempre estive envolvido nesse meio e sei como o futebol aqui é querido, seja o profissional, seja o amador, seja o feminino, seja o infantil. Mas o futebol do Distrito Federal não cresce, não vai para frente. E hoje os clubes resolveram dar um basta nisso e fizeram uma assembleia, destituíram o atual presidente, criaram uma comissão para fazer um estudo e tocar o futebol a partir de agora. São dirigentes de clube com os dois vice-presidentes que já estavam afastados em função da gestão autoritária e individualista do ex-presidente. Com isso, os clubes, o futebol, a imprensa esportiva e os torcedores esperam – todos nós esperamos – que a partir de hoje o futebol de Brasília cresça, entre em um novo estágio, desenvolva-se e melhore.

Como falei, o futebol no Distrito Federal, além de ser um futebol viável, é importante para o processo de socialização, de inclusão social, de relações entre as pessoas. É um espetáculo que acaba muitas vezes com crianças, principalmente, apaixonadas pelo esporte. Elas começam a praticá-lo e se afastam de determinadas situações da vida que não são positivas. Futebol é tudo de bom! Além disso, gera emprego, gera renda: futebol movimenta lojas de material esportivo, emprega jogadores, emprega dirigentes, emprega treinadores, emprega árbitros. Muita gente vive em função do futebol daqui do Distrito Federal, muita gente sustenta a família com futebol.

Então, nós chegamos a uma situação em que não dava mais, e acho que os clubes acertaram. Quero convidar esta Casa, porque sei que aqui há muitos desportistas, há muita gente que sabe da importância do esporte, do futebol, a acompanhar esse período de transição, que espero que seja de recuperação do futebol profissional do Distrito Federal.

Foi um momento extremamente importante. Eu não poderia deixar de falar sobre isso aqui hoje, porque estive lá e vi nos olhos dos dirigentes, dos profissionais, das pessoas que estavam lá – inclusive também de veículos de imprensa, jornalistas – a esperança de que a partir de hoje o futebol de Brasília cresça.

Quero falar também – porque hoje, de novo, alguns Deputados falaram disso – sobre as manifestações que aconteceram em nosso País no último final de semana, contra a Presidente Dilma, contra o Partido dos Trabalhadores. Muitos Deputados vieram aqui e falaram que foi uma manifestação extremamente democrática, extremamente pacífica, ordeira. Eu falei que eu tinha lido e tinha visto o contrário: foi uma manifestação extremamente truculenta, desrespeitosa com nossas lideranças – com os dois ex-presidentes, principalmente –, muito desrespeitosa, de acordo com o que eu tinha lido.

Então, eu pedi à assessoria que tirasse cópias de algumas fotos e comentários que estavam nos jornais e na internet. Separei algumas fotos aqui para mostrar como a nossa sociedade age numa manifestação que não tem cuidado só com a questão política, que deveria ser a principal, e descamba para denegrir a imagem de pessoas, para prejulgar, para agir de maneira homofóbica, preconceituosa. Falei aqui que fiquei assustado com o que vi: boneco do Lula fantasiado de presidiário, várias frases preconceituosas contra a Presidente Dilma, e muitas porque ela é mulher – talvez, se fosse um presidente, fosse um homem, não teríamos tanto preconceito.

Só para vocês terem uma ideia: "Por que não mataram todos em 64?", uma frase carregada por essas duas senhoras lá em São Paulo. "Por que não mataram todos em 64?" Ou seja, por que o regime militar não destruiu todo mundo que era de esquerda? Outra senhora: "Dilma, pena que não te enforcaram no DOI-CODI. Fora Dilma, fora PT". Nessa outra, um monte de rapazes mostrando a bunda, mostrando o bumbum. Nessa outra uma senhora mostrando o peito e falando: "Terroristas. Fora terroristas", uma metralhadora. Outro, aqui em Brasília, em frente ao Palácio da Alvorada, um monte de senhores pelados, desnudos. Engraçado que, quando é em uma manifestação *gay*, as pessoas falam que isso é uma heresia, um pecado, falta de respeito com as religiões, mas, quando é um ato desse, truculento, violento, baixo, contra a política, ninguém fala nada. É pacífico, é bonito, é legal!

Então, eu pedi... e há muitas e muitas e muitas outras imagens, fotos de jornais, inclusive jornais respeitados, que mostram que essa manifestação e esse momento político pelo qual estamos passando...

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Mais um minuto para concluir.

DEPUTADO RICARDO VALE – Então, para concluir. Eu dizia aqui ontem da minha preocupação, porque temos um monte de jovens indo para as ruas e vendo esse tipo de coisa. Achando que manifestar, protestar, é isso aqui! É pedir a morte, a forca dos presidentes, dos políticos, etc. Estou levantando isso porque hoje é contra o PT e a Presidente Dilma, mas amanhã pode ser contra qualquer um de nós. Pode ser contra qualquer presidente, contra qualquer partido e pode ser contra qualquer um de nós. Existe um movimento apolítico neste País e há muitos políticos entrando

nessa onda. Eu sou favorável à democracia, à representação política, ao voto democrático... Portanto, eu tenho muito cuidado com essas coisas.

Quando vejo Deputados virem a este plenário e dizerem que a manifestação foi uma manifestação extremamente maravilhosa, linda, coerente, democrática... Eu fico muito preocupado com isso. Foi uma manifestação, na minha avaliação, completamente errada, preconceituosa. Acho que são legítimas as manifestações. É legítimo sair nas ruas protestando contra a corrupção, pedindo melhorias na saúde, na educação, mas ficar denegrindo as pessoas, pedindo a morte das pessoas, mostrando as partes genitais... Isso para mim não é manifestação, isso para mim é a barbárie. A nossa sociedade está cada vez mais violenta, mais truculenta por conta dessas questões.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – V.Exa. tem todo o direito.

Vamos verificar o *quorum* e, caso não haja Deputados que garantam o *quorum*, vamos encerrar a presente sessão.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – O Expediente lido vai à publicação.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Não havendo *quorum* para deliberação, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h44min.)